

## ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES E CONSTITUIÇÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DA EUGENIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930

### ANALYSIS OF PUBLICATIONS AND CONSTITUTIONS ON THE INFLUENCES OF EUGENIA IN BRAZILIAN EDUCATION IN THE DECADE OF 1930

Gledson Garcia de Oliveira<sup>1</sup>

Sônia Vanice Vieira Brunozi<sup>2</sup>

Américo Agostinho Rodrigues Walger<sup>3</sup>

Antonio Carlos Brunozi Junior<sup>4</sup>

#### RESUMO:

A educação, por diversos momentos, foi influenciada por teorias científicas e pedagógicas que participaram na formação da sociedade dentro da escola. Neste contexto, o presente estudo considerou a Eugenia, cunhada por meio de Francis Galton e apoiada nos conceitos de melhoramento racial e sociedades superiores. Com base nisso, investigou-se, no Brasil, a influência do movimento eugênico na educação brasileira na primeira metade do século XX, especificadamente na década de 1930, por meio de pesquisas e normativas públicas, como: o Boletim de Eugenia, os anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934 e as Constituições de 1934 e 1937. Para tanto, estes documentos foram analisados e discutidos estes conceitos aplicados no Brasil. As análises indicaram que os ideais eugênicos atingiram a educação brasileira, principalmente na Era Vargas, que apresentava características de um governo totalitário e militarista, caminhando de encontro ao pensamento eugênico. Além disso, nas observações críticas dos Boletins de Eugenia, nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte e nas Constituições de 1934 e 1937 conseguiu-se encontrar diversos pontos de convergência entre as legislações e o ideal eugênico, com temas relacionados ao Exame pré-nupcial, educação física e ações para o melhoramento e refinamento da sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Eugenia; Década de 1930; Boletins de Eugenia; Normativas Públicas.

<sup>1</sup> Especialista em Docência em História pela Universidade Estadual de Campinas, graduado em História pelo Centro Universitário Unifafibe, em Ciências Sociais Pela Universidade Metropolitana de Santos e em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Educação Básica da Secretária Estadual de Educação de São Paulo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8728964351898554>.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná.

<sup>3</sup> Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Paraná. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0241120305951809>.

<sup>4</sup> Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestre em Administração Pública e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. Professor da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0222405169890569>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	<a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a>	

**ABSTRACT:**

The Education, for several moments, was influenced by scientific and pedagogical theories that influenced the society within the school. In this context, this study considered the Eugenics coined by Francis Galton and supported the concepts of racial improvement and higher societies. Based on this, we investigated, in Brazil, the influence of the eugenics movement in Brazilian education in the first half of the twentieth century, specifically in the 1930s, through research and public regulations, such as the Boletins de Eugenia, the annals of Constituent National Assembly of 1933/1934 and the Constitutions of 1934 and 1937. Therefore, these documents were analyzed and discussed these concepts applied in Brazil. The analyzes indicated that the eugenic ideals hit the Brazilian education, especially in Vargas, who had characteristics of a totalitarian and militaristic government, walking against eugenic thinking. Moreover, the critical observations of Boletins de Eugenia, in the Proceedings of the National Constituent Assembly and the 1934 and 1937 Constitutions it managed to find several points of convergence between the laws and the eugenic ideal with subjects related to prenuptial examination, education physical and actions for the improvement and refinement of Brazilian society.

**KEYWORDS:** Education; Eugenics; 1930s; Boletins de Eugenia; Public Regulations.

## 01 – INTRODUÇÃO

Com a sua terminologia proposta por Francis Galton, no século XIX, a Eugenia representou-se como uma ciência de propósitos relacionados ao melhoramento racial. Com a tradução literal do grego deste termo para “bem nascido”, essa área científica buscou o desenvolvimento e a preservação de “raças superiores” (DIWAN, 2007). Esses ideais foram compartilhados por vários intelectuais no Brasil e no mundo, e tornaram-se princípios, em épocas passadas, para a construção dos direcionamentos para a educação (ROCHA, 2010).

Segundo Diwan (2007), os conceitos de desenvolvimento e melhoramento racional considerados na Eugenia vêm da teoria evolucionista proposta por Darwin. Nas argumentações darwinistas, haveria a seleção natural e resultaria na sobrevivência dos mais aptos. Nesse processo, ocorre a consolidação de uma “raça superior” e, por consequência, a eliminação dos mais fracos. Com base nisso, a Eugenia é construída e explicada por apoiar o melhoramento humano e a diminuição dos problemas sociais.

Com base nos pensamentos de Darwin, Galton (1883) *apud* Castaneda (2003) afirmou que melhorar a raça humana, não era apenas para sujeitos de classes sociais, mas também deficientes que eram considerados indignos de conviver socialmente. Essas ideias foram direcionadoras para o conceito de Eugenia, pois os pensadores deste tema imaginavam uma sociedade que tivesse

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

cidadãos que representassem o ideal do homem superior, e os que não se encaixavam neste perfil, eram considerados indesejáveis.

Observa-se, portanto, que a Eugenia foi um conceito criado para se buscar a superioridade e tinha como objetivo o aperfeiçoamento da raça humana, se inspirando na biologia e na hereditariedade (DIWAN, 2007; MAI, 2002).

Diante desse cenário, notou-se que a Eugenia ganhou importância no final do século XIX e início do século XX, e influenciou diversas áreas da sociedade. Dentre elas, percebeu-se a grande influência dos princípios eugênicos na educação. No Brasil, foi observada a Eugenia em publicações relacionadas a essa área social.

A educação brasileira e suas legislações foram e são influenciadas por teorias pedagógicas e científicas, que têm notórias influências na construção das ideias educacionais no país. E, neste contexto, a Eugenia, principalmente até as décadas de 1930/1940, teve importante participação.

No cenário brasileiro da época, a concentração populacional e a estrutura econômica e social embutida no sistema capitalista trouxeram inúmeros problemas sociais, tais como: insalubridade, doenças epidêmicas, péssimas condições de trabalho e moradia, aumentando ainda mais as discriminações advindas com a formação das distintas classes sociais (ALVES, 2001). Com base nisso, tornaram-se recorrentes as discussões no Brasil para o melhoramento desta situação, e a Eugenia forneceu princípios para essas ações, com a educação servindo como instrumento propagador dos conceitos eugênicos.

No Brasil, os esforços dos pensadores, políticos e educadores foram para implantar ações políticas de ideais eugênicos para as consolidações do melhoramento racional e da “raça superior”. E, diante disso, temas recorrentemente foram abordados, como: Exames pré-nupciais; hereditariedade; educação sexual nas escolas; reprodução, além de uma educação eugênica mais completa.

Para propagar essas ideias da Eugenia, no país ocorreram esforços de publicações relacionadas a essa área. Os Boletins de Eugenia, publicados de 1929 a 1933, foram os primeiros documentos e incentivaram os princípios eugênicos (ROCHA, 2011). Logo, em seguida, representantes públicos buscaram colocar a Eugenia em decretos públicos, o que culminou em inserções nos anais da

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934 e nas Constituições de 1934 e 1937. Os principais objetivos destas publicações foram direcionar a educação no Brasil.

Com isso, percebeu-se que a Eugenia tornou-se presente na educação brasileira e as publicações e os decretos públicos foram instrumentos para concretizar os princípios eugênicos. Diante do disso, o presente estudo reforça a importância de conhecer como se deu esse processo de Eugeniação, principalmente na década de 1930.

Considerando essa argumentação, esta pesquisa tem a seguinte indagação: **Quais as influências da Eugenia na educação brasileira até a década de 1930?**

Para responder a essa problemática de pesquisa, o presente estudo tem como objetivo investigar a influência do movimento eugênico na educação brasileira na primeira metade do século XX, especificadamente na década de 1930, por meio de pesquisas e normativas públicas, como: o Boletim de Eugenia, os anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934 e as Constituições de 1934 e 1937.

Esta pesquisa tem justificativa e relevância para a ciência. Primeiro, para a educação, é necessário se conhecer as teorias que a influenciaram no passado, e se estas influências se perpetuaram até a atualidade (DIWAN, 2007). Segundo, é importante conhecer o processo de expansão da Eugenia na época, pois houve uma institucionalização deste tema em todas as faces de vida dos indivíduos, e a escola, como ferramenta de educação e formação para o mundo do trabalho, tornou-se importante para as ideias eugênicas (SCHINEIDER; MEGLHIORATTI, 2012; ROCHA, 2011). Terceiro, apesar da Eugenia não ser tão aplicada atualmente, ainda é um tema pesquisado por outros autores, como: Curti (2016); Silva Junior (2012); Gualtieri (2008); Diwan (2007); Castaneda (2003); Goldim (2000) e Bizzo (1995), que confirmam a validade deste estudo.

Após esta introdução, o presente estudo desenvolve as discussões relacionadas à Eugenia. A pesquisa desenvolve seus conceitos, evoluções e debates. Além disso, ocorrem explicações das publicações associadas a este tema

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

e suas relações com a educação. Por fim, os presentes autores apresentam as considerações finais.

## 02 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Lakatos e Marconi (2006), a pesquisa se constitui no caminho, por meio de questionamentos e processos científicos, para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais. Para tanto, é necessária a definição do objetivo de cada investigação, com a metodologia representando essas escolhas (GIL, 2006).

Com base nisso, este presente pode ser classificado quanto aos seus meios e fins, e quanto ao tipo de abordagem. Esta pesquisa tem caráter descritivo, pois conforme Gil (2006) buscou-se a descrição de características de determinados eventos, ou seja, a relação entre variáveis e fatos. A delimitação desta investigação relacionou a Eugenia e suas influências na educação brasileira.

Este estudo também se utilizou das pesquisas bibliográfica e documental por meio de dados e materiais secundários. De acordo com Gil (2006), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois na documental os materiais não receberam ainda um tratamento analítico.

A pesquisa bibliográfica foi relacionada a artigos, dissertações, teses, livros, manuais e outros materiais que auxiliaram nas explicações da Eugenia, sua evolução e influências na educação. Enquanto a pesquisa documental contemplou os Boletins de Eugenia e os decretos publicados analisados.

Os Boletins de Eugenia<sup>5</sup> estudados foram dos anos de 1929 a 1933. Esses documentos, de 1929 a 1931, foram obtidos no site do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Higiene Mental e Eugenia (GEPHE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Já, os anos 1932 e 1933, foram analisados com base nos artigos e nas teses consideradas nesta pesquisa. As Constituições e anais constituintes do

---

<sup>5</sup> Esses Boletins são de difícil acesso. Eles não foram encontrados em outros meios, e o site do Grupo foi a solução para esse trabalho.

Brasil tiveram suas coletas realizadas no site da Presidência da República, Casa Civil.

Quanto à abordagem deste trabalho, considerou-se a pesquisa qualitativa. Este tipo de abordagem é utilizado para interpretar fenômenos, com a busca de associações entre a percepção e a explicação (LAKATOS; MARCONI, 2006).

Após as definições dos tipos de pesquisa para esta investigação, são apresentados os processos para a escrita e desenvolvimento deste estudo.

Considerando a abordagem qualitativa deste trabalho, utilizou-se da análise de conteúdo para verificar as influências da Eugenia, por meio de documentos e publicações, na educação brasileira até a década de 1930. A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações que foi aplicada para perceber os conteúdos relevantes eugênicos para este trabalho. Em outras palavras, a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos verbais ou não verbais (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997).

Esta análise de conteúdo verificou os materiais utilizados e separou aqueles relevantes que tratavam sobre a Eugenia. Em seguida, com o auxílio da pesquisa bibliográfica foram discutidos os seguintes itens: a história da Eugenia no mundo; a Eugenia e associações com a educação, e análise dos documentos e publicações relacionados ao tema.

Este estudo separou os Boletins de Eugenia por anos e por principais temas abordados. Enquanto os documentos públicos foram discutidos por seus artigos disponíveis nas legislações.

Em resumo, todos esses processos contribuíram para a construção dos capítulos deste trabalho.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

### 03 – DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÕES

#### 3.1 – Breve Histórico das Ideias Eugênicas no Mundo

A eugenia, que é definida como “o estudo dos agentes sob controle social que aumentam ou diminuem as qualidades raciais das gerações futuras, tanto fisicamente quanto mentalmente” (GALTON, 1883 *apud* CURTI 2012), teve sua terminologia criada em 1883 por Galton, que buscou relacionar as qualidades físicas com as mentais, identificando os aspectos positivos e negativos do indivíduo. Após essas associações, Galton denominou os perfis de cada indivíduo em características como: criminoso, idiota, favorecido física e intelectualmente. Com essa pesquisa, acreditou-se que a condição inata e não o ambiente definiria a inteligência, e o controle da reprodução traria como resultado a seleção de bons talentos e adequadas características físicas (GOLDIM; MATTE, 2000).

Segundo Galton (1883) *apud* Castaneda (2003, p. 6), a eugenia significa “a ciência do melhoramento biológico do tipo humano”, sendo as qualidades físicas, mentais e morais dos seres humanos, herdadas ao longo das gerações. Logo, o desenvolvimento do ser humano dependeria de como essas qualidades seriam transmitidas para as próximas gerações.

De acordo com Galton (1983) *apud* Gonçalves (2012), a eugenia era dividida em dois tipos diferentes: i) a eugenia positiva que buscava o melhoramento da raça humana por meio da triagem individual, ou seja, havia o casamento arranjado com objetivo de procriar seres humanos geneticamente “melhores”; ii) e a eugenia negativa, que pressupunha a melhoria da raça humana por meio da exclusão dos indivíduos geneticamente considerados “inferiores” ou pela não permissão da geração de descendentes por esses indivíduos “inferiores”.

Na história da construção da terminologia da eugenia, Galton se apoiou em outros naturalistas da época, como Darwin, Alfred Wallace e Ernst Hackel. Segundo Gualtieri (2008, p. 93), esses referidos autores discutiram a seleção natural, as variações físicas e os comportamentos morais. Diante disso, eles já deixavam contribuições para a eugenia, tendo em vista observarem que os seres humanos, considerados “superiores” deixavam menos herdeiros do que os

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

considerados “inferiores”. Essa percepção contrariou a seleção natural, em que os mais “desenvolvidos” teriam que deixar um número maior de herdeiros por conta da inteligência.

Corrêa (2008) argumenta sobre o pensamento de Charles Darwin e a sua tendência para os conceitos eugênicos. Para o autor, o evolucionismo impõe as concepções de luta pela vida, onde só sobrevivem os melhores munidos biologicamente. Além disso, a constante competição entre os humanos é considerada conteúdo do darwinismo. Esses pensamentos foram alicerces para o poder da burguesia no século XX.

Na história inicial da eugenia, seus princípios básicos foram extraídos do livro: “*Hereditary Genius*” (Gênios Hereditários), sendo principalmente defendido o “talento e a capacidade das heranças genéticas” (SILVA JUNIOR, 2012). Para Galton (1883) *apud* Silva Junior (2012), as melhores famílias inglesas geravam os indivíduos que se distinguiram dos outros, os nomeando como seres humanos fora do comum. As pessoas com genes inferiores, as de “sangue ruim”, só poderiam estragar as características genéticas dos seus descendentes, não considerando a particularidade do parceiro pela perspectiva genética, ou por outro lado, se tivesse “sangue bom”.

Pedrosa (1998, p.6) citou a matemática de Galton que mostrava as misturas dos sangues, sendo:

Sangue bom + sangue ruim = sangue ruim;  
 Sangue bom + sangue bom = sangue melhor;  
 Sangue ruim + sangue ruim = sangue péssimo.

Há ainda de se acrescentar a microbiologia, que surgiu por meio de Louis Pasteur, para a concretização inicial do termo eugenia. Segundo Corrêa (2008), as idéias precursoras da saúde pública, da medicina social e da criação das vacinas e outras técnicas curativas contribuíram para os conceitos eugênicos. Todas essas criações tiveram objetivos políticos, estabelecendo regras eugênicas para cuidar e curar as doenças epidêmicas, surgindo assim os médicos higienistas e as políticas sanitárias.

No entanto, ainda que o termo eugenia tenha sido no século XX, relatos históricos anteriores já remetiam a esse tema. Na história da humanidade, na Grécia

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

antiga, em Esparta já se praticava a eugenia com relação aos recém-nascidos. Mesmo que nesse período da Antiguidade Clássica não havia se teorizado a eugenia, se realizavam práticas que hoje denominaríamos eugênicas. Platão referia-se a República, como as bases históricas dos “bem-nascidos”, ou seja, a sociedade melhorando por processos seletivos, os filhos que nasciam saudáveis e do sexo masculino tinham a vida preservada (CURTI, 2016).

Diwan (2007) atenta para traços da eugenia na Antiguidade com os padrões de beleza física e a força dos exercícios físicos em Esparta. Além disso, também é importante considerar as regras de higiene nos povos hebreus.

Ao longo da história da humanidade, povos como os gregos, celtas e fueginos (indígenas sul americanos) eliminavam pessoas doentes e malformadas, ações essas que hoje denominaríamos de eugênicas. Silva e Dessen (2001, p. 3) reforçaram as ideias, mesmo que arcaicas, da eugenia nesse período:

Durante a antiguidade, as crianças deficientes eram abandonadas ao relento. Esta atitude era congruente com os ideais morais da sociedade clássica e classista da época, em que a eugenia e a perfeição do indivíduo eram extremamente valorizadas. Em Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono.

No século XVIII, conforme Canguilhem (1977), os conceitos da Eugenia também já eram presentes. No campo da biologia e medicina, a genética se preocupou com a hereditariedade e os traços morfológicos normais nos fenômenos da hibridação humana. Os estudiosos da época pesquisaram os mecanismos de transmissão dos traços morfológicos.

Para Bizzo (1995), durante o século XVIII as idéias, mesmo que rudimentares para o que seria a eugenia, auxiliaram na condução de políticas públicas em vários países, com construções ideológicas para práticas relacionadas aos seres humanos, incluindo perseguições, confinamento e esterilização de seres humanos considerados insignificantes.

No século XIX, antes de Galton, as primeiras técnicas, que poderiam auxiliar na terminologia de eugenia, foram identificadas na agropecuária. Segundo Rose (2000), Ridley (2001) e Hobsbawm (1996), a eugenia, com as preferências por

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

espécies superiores, foi contextualizada nas plantações de maçãs e milho, onde cruzamentos foram realizados para a obtenção de estirpes perfeitas.

Nos animais, os cruzamentos para as melhores espécies também foram observados e realizados. Conforme Mary (1998), os pesquisadores acreditavam que as percepções verificadas nos estudos com animais eram conceitos importantes para a história dos seres humanos. E, nesse cenário, cruzamentos de indivíduos superiores gerariam indivíduos melhores. Para a referida autora:

A característica de cada indivíduo era considerada pela mistura das forças vitais e espirituais do pai e da mãe. Além disso, também eram características advindas de treinamento, educação e experiências vividas no decorrer da vida, isto é, passado de geração a geração (MARY, 1998, p. 705).

No final do século XIX, faltava à eugenia a “mecânica” da intervenção hereditária, que veio por volta do ano de 1900, com a editoração e redescoberta das leis de Gregor Mendel (1822-1884), partindo então para a competência científica. Para Mendel a hereditariedade era apta á manipulação de geração á geração, definindo o campo científico que servia de base para os eugenistas.

Apesar desses contextos iniciais para as ideias da eugenia, foi no final do século XIX e início do XX que essa terminologia se concretizou. A Inglaterra, com Galton, pode ser considerada o berço da eugenia.

De acordo com Bizzo (1995), as grandes transformações econômicas, religiosas e políticas, as influências da Revolução Industrial, a presença constante de grandes empresas, o aumento no número de migrantes e a oferta de trabalho nas cidades influenciaram o cenário para os estudos de eugenia. Para o referido autor, esse contexto da época e os modelos de Darwin, suportaram as idéias de Galton, que argumentou sobre as partículas hereditárias serem alteradas pelos contextos ambientais.

Galton (1892, p. 6) *apud* Del Cont (2008, p. 17), sobre esse pensamento, na época, afirmou:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Mesmo com a dificuldade de compreensão do mecanismo de transmissão, Galton, quando cunhou o termo eugenia, tinha pelo menos uma certeza: que os dados que comprovariam a sua ciência surgiriam do trabalho do registro e análise estatística das características que os progenitores e os seus ancestrais transmitiram à prole. Ademais, a transmissão das características não se limitava apenas aos aspectos físicos, mas também a habilidades e talentos intelectuais.

Após Galton e seus pensamentos, a eugenia expandiu-se para outros países ao longo das décadas seguintes, nações como Suécia, Estados Unidos, México, Dinamarca e o Brasil. Cada nação apresentou um modo de entender a eugenia mediante as capacidades de suas conjunturas históricas.

No México, as normas eugênicas implantadas continham elementos de um programa de Saúde Pública, sendo sua base a educação sexual e uma legislação de esterilização. Este foi um programa único na América Latina (CORRÊA, 2008).

Nos Estados Unidos, as ideias de eugenia foram discutidas por vários cientistas que estudaram esse assunto. Na época, houve a constatação de que havia inúmeras práticas de atrocidades com o objetivo de melhorar a raça humana geneticamente, com total desrespeito a dignidade da pessoa humana (CURTI, 2016).

Conforme o referido autor, nesse país foi cunhado o termo “tribunal biológico”, em que foram realizados diagnósticos dos fatores sociais e biológicos da população menos abastecida, principalmente no quesito racial, baseando-se na doutrina eugênica. As finalidades dessas análises, por meio de laudos e estudos médicos, foram distinguir os que poderiam gerar herdeiros sadios para a procriação de indivíduos superiores. Caso as pessoas não fossem as melhores em condições exigidas, por intermédio de laudos e percepções médicas, elas eram esterilizadas contra a própria vontade e chamadas de “vermes mestiços e subumanos”.

De acordo com Black (2012), nos Estados Unidos, a eugenia seria uma prática para criar uma raça superior sem defeitos genéticos, por meio de seres humanos com históricos mentais, físicos e sociais de grau elevado. Esses cruzamentos seriam bem supervisionados, impedindo a participação de negros, ciganos, débeis mentais, pobres e defeituosos físicos.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Na Alemanha, no século XX, também foram percebidas as aplicações da eugenia na população com o pensamento Hitler e seus ideais de raça pura ou ariana. Segundo Bizzo (1995), Hitler acreditava que a reprodução só poderia acontecer com seres iguais, senão a natureza puniria por esse ato com o rebaixamento da raça. Na Alemanha, as ideias sobre a eugenia foram retiradas principalmente, do livro publicado em 1854 com o tema “Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas” escrito pelo Conde de Gobineau.

Na Europa ainda destaca-se o ano de 1908, onde foi fundada a “*Eugenics Society*”, em Londres, sendo a primeira organização defendendo as ideias eugênicas de forma estruturada. Essa organização tinha como líder Leonard Darwin (1850-1943), oitavo de dez filhos de Charles Darwin, que era engenheiro e militar. Em diversos países foram criadas organizações similares, sendo no continente europeu: Alemanha, Dinamarca, Tchecoslováquia, Hungria, Áustria, Suíça, União Soviética, Bélgica, e em países americanos: Peru, Argentina, Estados Unidos e Brasil (GOLDIM, 1998).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da divisão do governo nazista, o pensamento eugênico foi questionado e deixado de lado, retornando nas décadas seguintes de 50 e 60. Nessa nova época, a eugenia foi discutida na Engenharia Genética, que desenvolveu técnicas de manipulação genética entre os humanos, acendendo as idéias de escolhas genéticas e indivíduos perfeitos. Com esses estudos, foi possível ver a eugenia não só em aspectos negativos, mas em avanços no mapeamento do genoma humano, proporcionando a identificação e tratamento de várias doenças até sem recursos de tratamento, isto por intermédio do avanço das pesquisas da eugenia (OLIVEIRA; HAMMERSCHMIDT, 2008).

Para os referidos autores, com esse progresso, aconteceu novamente à preocupação com a melhoria genética. Fatos que promoveram vários debates nos Estados Unidos e em alguns países europeus, várias discussões foram realizadas para debater os limites do geneticismo e as ideias de eugenia. O conceito “genética+eugenia” foi denominado de “neogenia” ou “neo-eugenia”, ou seja, o indivíduo é reconhecido por meio da evolução das práticas adotadas no passado utilizando conhecimentos científicos.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Sobre esse novo termo, “neogenia”, Hammerschmidt e Oliveira (2008, p. 176) afirmam:

Não obstante, com a aparição da biotecnologia da engenharia genética e, em particular, com as técnicas de reprodução assistida, surge a necessidade de reformular o conceito clássico de eugenia e representá-lo em outros termos. É o que se conhece como neo-eugenia. É preciso salientar nesse ponto que a neo-eugenia tem à disposição estes poderosos meios da biotecnologia da engenharia genética, os quais proporcionam um conhecimento cada vez mais amplo e preciso sobre o genoma humano da espécie dos indivíduos.

Na Ásia, principalmente na China e no Japão, também foram desenvolvidas práticas para o melhoramento racial. Foi criada no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, uma lei de esterilização, “Lei de Proteção Eugênica”, com o objetivo de impedir a reprodução dos não desejados (CORRÊA, 2008, p. 8).

Na China, segundo Corrêa (2008), observaram-se tendências de práticas da eugenia atualmente. Conforme uma lei de 1995 e que afeta 70% dos chineses, é previsto exames nupciais com o intuito de evitar doenças infecciosas, mentais e genéticas. Após a realização desses exames, se o médico perceber que o casal está inadequado para a reprodução ou mesmo se for identificado alguma doença no feto no pré-natal, será receitado o aborto e a esterilização voluntária.

Porém, desde os tempos dos impérios, os chineses se preocupavam com seus descendentes, pois a cultura desse país é milenar e os ancestrais “cuidam” das futuras gerações. Isso significa que é falha moral dos pais a geração de filhos com deficiências, uma vez que isto não é aceito nesse tipo de sociedade (DIWAN, 2007).

No Brasil, país de análise desse trabalho, de acordo com Diwan (2007), a eugenia manifestou-se em resposta às teorias das perdas das características originais, que os europeus do século XX criticavam em relação à miscigenação da raça nas regiões localizadas entre os trópicos. Os cientistas e intelectuais consideravam que introduzir a eugenia no país, realizada pelo médico paulista Renato Kehl, seria um forma de evitar um país povoado por um monte de jecas.

Na América do Sul, o Brasil foi o primeiro país a ter um movimento eugênico organizado. Em São Paulo foi criada a Sociedade Eugênica no ano de 1918, sendo que este movimento brasileiro da eugenia foi trabalhado a saúde pública e a saúde psiquiátrica.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

A definição do problema racial lidava com uma situação difícil para se construir uma cidadania, pois eram muitos mestiços. Com isso, inúmeros intelectuais procuravam esclarecer o sentido da palavra miscigenação das raças para poder criar assim um perfil do povo brasileiro (GUALTIERI, 2008).

Desde o século XX, o racismo e as teorias degeneracionistas já estavam presentes entre os intelectuais e os médicos brasileiros. A visita dos viajantes Gustave Le Bon, Gobineau e Louis Agassiz, deixaram raízes entre os letrados e os intelectuais, objetivando construir os conceitos sobre o Brasil. A ideia de mistura de raça era vista como impedimento do desenvolvimento do país, ocasionando aparecimento de doenças, loucura e criminalidade (DIWAN, 2007).

Para os eugenistas brasileiros, para curar o Brasil era necessário o branqueamento, o controle da imigração e o ajuste dos casamentos e da esterilização. Segunda Diwan (2007), o processo da implantação da eugenia no Brasil teve uma grande participação de Renato Kehl, como de vários intelectuais como: Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, Vieira de Carvalho e Monteiro Lobato. Em 1897, Agostinho José de Souza Lima, médico, já utilizava a eugenia em uma Conferência chamada Exame Pré-Nupcial, que era praticada na Academia Nacional de Medicina.

Como ele era o presidente da Academia, sugeriu uma lei para que esse exame fosse obrigatório, e que os casamentos entre tuberculosos e sífilíticos fossem impedidos. A justiça demorou em implantar tal lei, e Renato Kehl escreveu um livro: *A cura da fealdade* (1917), criticando a demora do interesse dos advogados e da legislação do país (DIWAN, 2007).

Em resumo, percebeu-se que a eugenia surgiu na Inglaterra, e foi evoluindo para outros países, decorrendo de fatores sociais e políticos. De acordo com os estudiosos e cientistas - Galton, Darwin, Alfred Wallace, Ernst Hackel, Mendel, Roquette-Pinto - o objetivo da eugenia seria o estudo das características genéticas e da hereditariedade e o melhoramento da raça humana.

### 3.2 – A Educação como Ferramenta Difusora da Eugenia e sua Inserção no Brasil

Com a presente pesquisa, percebeu-se que a eugenia se desenvolveu sob diversos conceitos e ideias mundialmente. No entanto, eram necessárias ferramentas para a sua difusão e, nesse cenário, surge a educação.

Segundo Schineider e Meglhioratti (2012), a eugenia foi criada com o objetivo de modificar biologicamente a raça humana, aprimorando-a, por meio da hereditariedade. Esses pensamentos foram construções conceituais que influenciaram as políticas de sociedades mundialmente.

Para Silva (2013), com a eugenia buscou-se controlar a população, principalmente as maneiras de reprodução e o ser humano como espécie. Em suma, ocorreu o disciplinamento das pessoas para a procriação de futuras gerações.

Diante disso, para se concretizar essa disciplinarização da eugenia no ser humano, foi necessário institucionalizá-la em todas as faces de vida dos indivíduos. E a escola, como ferramenta de educação e formação para o mundo do trabalho, tornou-se importante para as ideias eugênicas. Conforme Jardim (2006, p. 105) apud SILVA (2013, p. 902):

[...] a educação – saber pedagógico – se instala, portanto, como uma das melhores formas de controlar os discursos de verdade. Além de ser, também, o meio privilegiado em que saber e poder estão mais explícitos para a implantação de uma técnica institucional: de vigilância, de hierarquia, de disciplina e de controle.

Nesse contexto da educação e a escola, a eugenia cresceu e se expandiu, tornando-se uma ciência da espécie humana, que estudava a diversidade social e biológica, explorando os desejados e indesejados, os eugênicos e disgênicos. O estado passou a administrar o homem como espécie e a escola se tornou um dispositivo para a construção dos sujeitos eugênicos (SILVA, 2013).

De acordo com Gualtieri (2008), a educação serviu para propagar a eugenia positiva, que procurava intervir no cotidiano e no meio social para desenvolver hábitos eugênicos, isto é, buscou-se uma lapidação para o bom material genético.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

No Brasil, esse cenário não foi diferente. A educação buscou disciplinar os indivíduos para as conceituações da eugenia. As ideias eugênicas e as influências da educação (na escola) se desenvolveram em um contexto de miscigenação com a diversidade de raças. Segundo Silva (2013), na América Latina a mistura de raças era uma característica marcante da população e impactou no desenvolvimento dessas sociedades. No entanto, esse padrão racial era visto como um “atraso”.

Segundo o referido autor, em várias nações ocorriam debates sobre purificar e selecionar a raça dentro dos países. Porém, no Brasil, nos séculos XIX e XX, ainda não se caminhava para esse direcionamento, visto que a população era uma mistura de diversas raças e na grande maioria eram consideradas como inferiores pelos eugênicos e darwinistas sociais espalhados pelo mundo. Esses pensadores até acreditavam que seria impossível uma raça pura para o Brasil.

No entanto, segundo Gualtieri (2008), em 1911, João Batista de Lacerda, médico e antropólogo, em um Congresso em Londres defendeu uma teoria a favor da miscigenação. Essa defesa argumentou que essa mistura de raças iria branquear a população brasileira ao longo das proles. Em poucas gerações as características dos negros estariam quase nulas ou muito fracas, de forma natural ou por meio da seleção sexual. Ao final, os mestiços afinariam a inteligência e apresentariam ascensão na escolha social. Com o papel disciplinador da educação para elevar as qualidades morais e afetivas, os mestiços poderiam se tornar até poetas, pintores, médicos etc.

Para o referido autor, ideias de Lacerda, com a educação e o apoio do governo, a eugenia seriam capaz de limpar o Brasil e amenizar os efeitos negativos da miscigenação na população.

A educação era essencial para o sucesso da eugenia no Brasil, uma vez que conseguiria o comprometimento moral dos indivíduos. O objetivo educacional era construir os ideais dos jovens e das crianças com ações mais representativas dos professores (GUALTIERI, 2008). Assim, por meio das políticas educacionais, agiu-se diretamente na constituição da população com os conceitos da eugenia e a superioridade das raças (SILVA, 2013; SCHNEIDER; MEGLHIORATTI, 2012).

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Silva (2013) ainda destaca a forma imposta da eugenia na educação brasileira. As idéias eugênicas consideradas no Brasil foram as positivas, ou seja, visou-se estimular o casamento dos bens dotados, estimular a paternidade/maternidade responsável com exames de pré-natal, puericultura e a educação sexual (GUALTIERI, 2008).

Renato Kehl<sup>6</sup> foi um dos principais expoentes no Brasil sobre a doutrina educacional da eugenia. Conforme Gualtieri (2008), Kehl era radical e acreditava que a miscigenação difundia os degenerados e deveria ser eliminada com os papéis do governo e da educação. Kehl (1993, p. 217) *apud* Gualtieri (2008, p. 99), em suas publicações, expôs esses pensamentos:

A educação eugênica, [...] tinha por princípio desenvolver a consciência do individuo sobre sua responsabilidade em relação à espécie. De acordo com esse ideário, argumentava: “[...] a formação de um ideal como o da eugenia precisa iniciar-se na escola. A criança deve começar a aprender, desde muito pequena, o verdadeiro papel que representava como célula cooperadora do grande organismo coletivo.

Além disso, Rocha (2011, p. 166) *apud* Silva (2013, p. 913) citou os ideais educacionais de Kehl para a eugenia, sendo:

[...] Os manuais escolares, bem como a literatura infantil, deveriam constituir o veículo de pedagogização eugênica no Brasil. Daí o investimento em conferências, em escolas e instituições educacionais, e a publicação em jornais e livros de acesso mais amplos da população escolar. A publicação do Boletim de Eugenia, editado entre 1929 e 1933 por Renato Kehl, tinha por objetivo, além de servir como propaganda para o Instituto Brasileiro de Eugenia, difundir os princípios eugênicos entre os brasileiros. Era uma publicação de caráter pedagógico. Daí que um dos temas tratados por diversos autores que escreveram no Boletim de Eugenia foi à educação.

Silva (2013), sobre Kehl, ainda afirmou que ele acreditava na eugenia positiva. Nesse sentido, Kehl tinha o intuito de tornar a eugenia uma doutrina, que fosse popular, para somente depois vê-la transformada em um projeto, em leis e manuais presentes nas escolas (SILVA, 2013).

---

<sup>6</sup> Existem contribuições para as ideias de Kehl. Na abertura do Congresso Eugênico Brasileiro em 1929, Levi Carneiro realiza a abertura intitulada Educação e Eugenia, defendendo a educação como meio de intervenção eugênica, ficando claro o objetivo de uma estratégia pedagógica para implantá-la no Brasil, terra de mestiços e doentes (SILVA, 2013).

No Brasil, a influência da educação para a eugenia também se deu no movimento higienista que contribuiu para a doutrinação da formação de raças superiores. Conforme Silva (2013), nos anos finais da década de 1910, o movimento higienista pretendeu erradicar as pestilências, melhorar a alimentação e acabar com as doenças infectocontagiosas, estabelecendo hábitos higiênicos.

Em conclusão, o movimento higienista contribuiu para os ideais da eugenia no Brasil, pois procurava melhorar os indivíduos. Nesse contexto, Roquette-Pinto<sup>7</sup> (1982, p. 44) *apud* Gualtieri (2008, p. 97) afirmou:

A higiene procura melhorar o meio e o “indivíduo”; a eugenia procura melhorar a estirpe, a raça e a descendência. São preocupações bem diferentes. Outrora, acreditava-se que, melhorando o indivíduo, estava, por isso, melhorada a espécie. Foram os tempos heróicos da higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são à higiene, para protegê-lo. Esta prevenia a doença, aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha não consegue impedir que surjam certos tipos enfermos. Porque há “doenças da raça”, há doenças ou deficiências do gérmen. E a higiene não vai lá.

Percebe-se, portanto uma dependência da eugenia e higiene. E para tratar do povo disgênico, elas devem caminhar conjuntamente, fazendo uso da propaganda e da educação. As políticas educacionais são instrumentos poderosos para a divulgação e implementação das ideais higienista-eugênicos (GUALTIERI, 2008).

Os teóricos da eugenia no Brasil se uniram aos higienistas para poder desenvolver a eugenia positiva no país, principalmente pelas características únicas que eram apresentadas, como uma nação muito miscigenada, que impossibilitava pensar-se em uma raça pura e forte. Dessa forma uma das melhores ferramentas para a propagação do discurso eugênico foi à educação, que poderia promover mudanças positivas que afetariam a transmissão dos genes para as futuras gerações, melhorando-as.

---

<sup>7</sup> Roquette-Pinto interpretava a hereditariedade por meio das Leis de Mendel, isto é, acreditava que a manifestação genética dependia da ação do meio. Para ele, a miscigenação era positiva para o Brasil, chegando a afirmar que em determinados aspectos o mestiço superava o homem branco. Ele atribuiu grande importância ao processo educacional, que fortaleceria a moral dos mestiços, orientando a conduta, evitando a proliferação das “doenças da raça e do germen” (GUALTIERI, 2008).

### 3.3 – Evolução Temporal das Publicações Relacionadas à Eugenia no Brasil

A Sociedade Paulista de Eugenia, fundada em 1918, e o 1º Congresso sobre esse tema realizado no Rio de Janeiro, em 1929, com as discussões sobre “O Problema Eugênico da Migração”, foram os movimentos eugênicos pioneiros no Brasil (MELDAU, 2007).

A Sociedade supracitada e principalmente o Congresso trouxeram notórios interesses para a eugenia no Brasil. E, segundo Souza et al. (2009), com o Congresso aumentou o interesse e o fortalecimento da eugenia no país, sendo um dos principais temas discutidos pelos intelectuais.

Para destacar a importância desse Congresso de 1929, há evidências da presença de vários intelectuais da América do Sul, na sua maioria médicos, educadores, juristas, antropólogos, sociólogos e historiadores. Dentre eles, destacam-se: Miguel Couto, Roquette-Pinto, Belizário Penna, Affonso de Taunay, Alfredo Ellis, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Leonídio Ribeiro. Nesse evento, discutiram-se o futuro da eugenia e temas relacionados à: seleção migratória, os cuidados maternos e infantis, o controle dos casamentos, a educação sexual, a esterilização dos “loucos” e “criminosos”, a genética e a hereditariedade, a higiene mental, a biometria, a antropologia racial, a educação e a higiene total (SOUZA et al, 2009).

A partir desse primeiro Congresso, desenvolveu-se um importante documento para os relatos sobre a eugenia no Brasil, o Boletim da Eugenia. Conforme Rocha (2009) e Souza et al. (2009), esse boletim foi publicado entre os anos de 1929 a 1933 por meio do Instituto Brasileiro de Eugenia e sob a tutela do médico e farmacêutico Renato Kehl. Sua edição era mensal e depois de três anos passou a ser trimestral, onde eram divulgados artigos de vários autores e os assuntos eram de acordo com os interesses dos redatores. O Boletim era composto por propaganda, uma atividade prática e outra de estudos científicos.

Justina, Meglhioratti e Schneider (2010) também complementaram que esse Boletim era composto de exemplares anuais, com a finalidade de apurar teorias e ideias biológicas, que foram usadas para apoiar o movimento eugênico.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Além disso, havia a discussão do entendimento desse movimento que pode ser usada por um aspecto crítico com relação à ciência. Esses elementos comprovaram que a eugenia teve inspiração nas teorias biológicas, como na seleção natural e nas leis de Mendel por meio da hereditariedade.

Para Rocha (2009), o objetivo da publicação do Boletim da Eugenia foi despertar o interesse público para os problemas do país, que seriam raciais. A preocupação das elites com as classes mais baixas, pobres, analfabetas e doentes contemplava o discurso eugênico à condição racial. Os Boletins pregavam a eugenia como uma ciência, que modificaria por meio da hereditariedade os degenerados para o desenvolvimento de uma alta sociedade na nação.

Conforme ainda o referido autor, esses Boletins noticiavam concursos de eugenia, congressos, bibliografias, e diversas pesquisas e reflexões que se relacionavam com os problemas do movimento eugênico. No Brasil, os líderes intelectuais da época tiveram grande papel em defesa da eugenia e a tratavam como ciência.

Com base nisso, é possível perceber os vários conteúdos que eram discutidos sobre a eugenia e suas relações com as diversas temáticas. Considerando somente a disponibilização pública desses documentos nos anos de 1929 a 1931, a presente pesquisa, por meio dos Quadros 1, 2 e 3, apresenta as discussões sobre os Boletins de Eugenia.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

OLIVEIRA, Gledson Garcia de; BRUNOZI, Sônia Vanice Vieira; WALGER, Américo Agostinho Rodrigues; BRUNOZI Junior, Antonio Carlos. Análise das Publicações e Constituições sobre as Influências da Eugenia na Educação Brasileira na Década de 1930.

Quadro 1 – Conteúdos dos Boletins de Eugenia em 1929

<i>Boletins de 1929</i>			<b>Temas Reportados</b>
<b>Ano</b>	<b>Volum e</b>	<b>Números</b>	
1	1	1	- O boletim e seu propósito; - O médico de família e a eugenia; - Legislação eugênica; - Profilaxia das doenças mentais; - Hereditariedade e meio; - Textos curtos diversos sobre: Congressos, eventos, normativas, doenças e cuidados pré-nupciais.
1	1	2	- Institutos eugênicos nos Estados Unidos; - O problema eugênico da população; - Primogênitos e caçulas; - O progresso da raça; - Textos curtos sobre: Epilepsia e hemofilia.
1	1	3	- Médicos, curandeiros e charlatães; - Eugenia e patriotismo; - Textos curtos: Gêmeos, cursos e dados sobre a eugenia na Europa, congressos e medicina social.
1	1	4	- Eugenia e procriação; - Eugenia e Catolicismo; - Eugenia ou Eugênica?; - Cruzamento das raças; - Textos curtos sobre: Congressos, avós e exames pré-nupciais.
1	1	5	- Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade (A primeira brasileira eugenizada); - Eugenia e catolicismo; - Genealogia de homens eminentes; - Textos curtos: Normas, patriotismo, lições de eugenia, beleza e genética.
1	1	6-7	- Medicamentos para a eugenia; - Aspectos jurídicos da maternidade consciente; - A eugenia no Brasil; - Questões de raça; - Textos curtos: Ensino da biologia para homens políticos, congressos, fundamentos hereditários e eugenia, eugenia e casamento, eugenia e esterilização, educação sociais e hereditariedade e inteligência.
1	1	8	- Eugenia e eugenismo; - Os fundamentos científicos da eugenia; - O Brasil e a raça; - Imigração e eugenia; - Eugenia e alcoolismo; Textos curtos sobre: Congressos, esporte e preconceito.
1	1	9	- Educação e eugenia; - Imigrantes e a eugenia e - Biometria.
1	1	10	- A seleção dos bens dotados; - O que é eugenia e - Procriação e esterilidade.
1	1	11	- A eugenia no Brasil; - Cursos eugenia; - Imigração e a eugenia; - Esterilização para o aperfeiçoamento humano e - Práticas de ensino para a eugenia.
1	1	12	- Limitação da natalidade; - O atestado médico pré-nupcial; - Textos curtos sobre: Esterilização, mortalidade infantil e suicídio.

Fonte: Elaborado e adaptado pelos autores, segundo os materiais disponibilizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de Higiene Mental e Eugenia (GEPHE).

Em 1929, nos Boletins, houve preocupações em divulgar a eugenia no Brasil e suas diversas relações. A procriação e o cruzamento de raças, as doenças e a esterilidade foram assuntos recorrentes para as discussões sobre os aspectos eugênicos.

OLIVEIRA, Gledson Garcia de; BRUNOZI, Sônia Vanice Vieira; WALGER, Américo Agostinho Rodrigues; BRUNOZI Junior, Antonio Carlos. Análise das Publicações e Constituições sobre as Influências da Eugenia na Educação Brasileira na Década de 1930.

Quadro 2 – Conteúdos dos Boletins de Eugenia em 1930

<i>Boletins de 1930</i>			<b>Temas Reportados</b>
<b>Ano</b>	<b>Volum e</b>	<b>Númer os</b>	
2	2	13	- Família de hemofílicos; - Os programas de ensino e a genética; - Inquérito eugênico; - Textos sobre a mortalidade infantil e conferências sobre eugenia.
2	2	14	- Linhagens; - Maternidade consciente; - Biologia racial; - Textos curtos sobre: Mortalidade infantil, acordos pré-nupciais, hereditariedade mórbida e a biologia servindo ao direito.
2	2	15	- A eugenia como ciência e como ideal social; - Aborto e - Os tipos eugênicos.
2	2	16	- A história da família e genealogia; - Doenças e eugenia; - Hereditariedade e eugenia e - Animal homem.
2	2	17	- Puericultura e eugenia.
2	2	18	- Procriação; - Saúde, higiene e eugenia; - O propósito da eugenia; Textos curtos sobre: Mulher, médicos e casamento.
2	2	19	- O Instituto Brasileiro de Eugenia; - Causas da desorganização matrimonial; - Os tipos eugênicos; Pesquisas sobre: Educação sexual, imigração e assuntos eugênicos.
2	2	20	- Galton; - Doenças; - Procriação; - O crescimento da população no Brasil; - Livros sobre eugenia.
2	2	21	- A hereditariedade em patologia; - Histórias sobre famílias consideradas como inferiores para a eugenia e Livros sobre eugenia.
2	2	22	- Nobreza eugênica; O lar e a educação sexual das crianças; - Os problemas eugênicos e - Políticas eugênicas.
2	2	23	- As leis Mendelianas; - Nova teoria sobre hereditariedade e - Exemplos a serem seguidos na eugenia.
2	2	24	- Pesquisas sobre a educação sexual e a eugenia e - Genética e eugenia.

Fonte: Elaborado e adaptado pelos autores, segundo os materiais disponibilizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de Higiene Mental e Eugenia (GEPHE).

Nos Boletins de 1930, os aspectos da biologia e hereditariedade (Leis Mendelianas) foram recorrentes nos documentos publicados. As discussões dos estudiosos sobre os cruzamentos de raças para proles superiores indicavam para a busca pelo aperfeiçoamento das futuras gerações.

OLIVEIRA, Gledson Garcia de; BRUNOZI, Sônia Vanice Vieira; WALGER, Américo Agostinho Rodrigues; BRUNOZI Junior, Antonio Carlos. Análise das Publicações e Constituições sobre as Influências da Eugenia na Educação Brasileira na Década de 1930.

Quadro 3 – Conteúdos dos Boletins de Eugenia em 1931

<i>Boletins de 1931</i>			<b>Temas Reportados</b>
<b>Ano</b>	<b>Volume</b>	<b>Números</b>	
3	3	25	- A história da eugenia; As leis Mendelianas e a eugenia e - Pesquisas sobre eugenia.
3	3	26	- Poderemos ser melhores com a eugenia?; - "Tal pai, Tal Filho?"; - Um estudo sobre a família de grandes homens; - Textos curtos sobre: Diabetes, educação sexual, doenças e o eugenismo na imprensa mundial.
3	3	27	- A comissão central brasileira de eugenia; - O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia; - Pesquisas genealógicas e Textos diversos sobre: O exame pré-nupcial e a eugenia na França e aldeias.
3	3	28	- O que é a eugenia; - A vitória da mediocridade da raça; - Campanha de eugenia no Brasil; Textos científicos: A eugenia e a reforma do ensino, <i>The First Eugenics Movements in Brazil, Eugenics in Brazil, A New Scientific Association Organized e Brazilian Central Committee for the Study and Propaganda of Eugenics.</i>
3	3	29	- Serei um indivíduo normal?; - O eugenismo das elites; - A educação dos sentimentos políticos e a Eugenia e - Congressos.
3	3	30	- Questões genéticas; - Cruzamento do branco com o preto; - O ensino da eugenia nas escolas secundárias; - Os progressos da eugenia, e - Biometria.
3	3	31	- A eugenia no futuro; Estudos genealógicos e a eugenia; - Como e onde estudar eugenia?, e - Responsabilidade eugênica.
3	3	32	- Cruzamento de raças e - Eugenia no futuro.
3	3	33	- A campanha da eugenia no Brasil; Eugenização das raças e Textos curtos sobre: Normas, organizações e doenças.
3	3	34	- Cruzamento de raças; - Como evitar as proles degeneradas?, - Medidas eugênicas.
3	3	35	- Casamentos e Natalidade nas classes média e inferior; - A eugenia na Inglaterra e - Casos de pesquisas sobre a eugenia.
3	3	36	- Assuntos pré-nupciais e - Genética.

Fonte: Elaborado e adaptado pelos autores, segundo os materiais disponibilizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de Higiene Mental e Eugenia (GEPHE).

Em 1931, os assuntos foram similares aos reportados nos Boletins de 1929 e 1930. No entanto, destaca-se a preocupação com a genética e hereditariedade por meio de investigações mais científicas. Alguns textos nacionais e internacionais colaboraram para esses inquéritos mais elaborados e com maior rigor.

Os boletins de 1932 e 1933 não estão disponíveis publicamente. No entanto, Rocha (2010) observou, nesse período, que os assuntos discutidos buscavam fortalecer os conhecimentos sobre a eugenia. Nesses dois anos, o Boletim tornou-se trimestral e houve a concentração de trabalhos relacionados às leis de hereditariedade e seus efeitos sobre os aspectos eugênicos. Além disso,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Rocha (2010) ainda observou outros temas abordados, como: cultura e ideal social, degeneração racial, imigração, educação e casamento.

Em resumo, percebe-se a importância dos Boletins para o desenvolvimento e fortalecimento desse assunto no Brasil. Os textos e as investigações científicas realizadas por estudiosos e profissionais contribuíram para esse cenário.

Após os Boletins de Eugenia, o presente estudo notou outras publicações relacionadas à eugenia, principalmente aquelas que estavam presentes nas normativas públicas. Há de se destacar que no Brasil, a história da educação foi se organizando em paralelo com as mudanças políticas e sociais, conforme os interesses das classes e dos grupos dominantes. Logo, a eugenia foi inserida nas leis e decretos públicos com a finalidade de preparar e moldar o indivíduo para a vida moderna com a predominância dos conceitos de raças superiores (MAI, 2002).

Com base nisso, Rocha (2010) afirma que Octávio Domingues foi o pioneiro ao argumentar que as orientações eugênicas deveriam estar evidenciadas nos decretos de natureza pública para orientar o processo educacional no Brasil.

Segundo o referido autor, Domingues explicou que com a inserção dos princípios eugênicos nos decretos públicos, haveria melhores possibilidades para orientações educacionais com o intuito de refinar a hereditariedade e a reprodução dos indivíduos.

Diante desse cenário, considerando o escopo deste trabalho para os períodos até as décadas de 1930/40, o presente estudo discute as Constituições de 1934 e 1937. Este estudo trata as duas constituições conjuntamente, pois foram poucas as mudanças nas duas legislações para a eugenia.

Na candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930, a educação já era vista como um instrumento para valorizar “o melhor”, isto é, aprimorar a vida dos brasileiros moralmente, intelectualmente e economicamente, além de destacar a área da saúde e saneamento (HORTA, 1994 *apud* ROCHA, 2014). Nesse cenário, notou-se que os ideais eugênicos estavam presentes no governo Vargas, desde sua candidatura a Presidência, fato que irá se evidenciar

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

principalmente na Assembleia Nacional Constituinte e na própria Constituição de 1934.

O texto aprovado e disposto na Constituição de 1934, em seu artigo 138, destacou a estimulação da educação eugênica da mesma maneira que tentou combater os hábitos disgênicos, tal como é evidenciado no trecho abaixo:

Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurará coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (BRASIL, 1934).

O artigo 138 da Constituição supracitada foi criado “a partir do anteprojeto articulado pela Comissão Brasileira de Eugenia, formado por 12 membros exclusivos, sendo estes liderados pelo presidente da comissão Renato Kehl” (ROCHA, 2014, p. 7). Além disso, é importante destacar que o Ministério da Educação e Saúde (MES), da época, articulava e fomentava a eugenia nas ações educativas e da saúde. Percebeu-se que os principais direcionamentos desse órgão ministerial foram buscar os melhoramentos da raça fisicamente e moralmente para um contexto de desenvolvimento no Brasil (SCHNEIDER; MEGLHIORATTI, 2012).

Ainda sobre o artigo 138 da Constituição de 1934, Rocha (2011, p. 9) afirmou:

Muito provavelmente os incisos “a” e “f” do Artigo 138 da Constituição Federal de 1934 tenham tido forte influência ideológica das forças políticas simpatizantes da eugenia. Ressalta-se que no inciso “a”: “Estimular a educação eugênica”, a educação era defendida como um fator de conscientização eugênica para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos, visando o matrimônio entre pessoas de uma mesma classe social e étnica e não apenas o conhecimento de teorias e leis sobre hereditariedade. No inciso “f”, nota-se que saúde e higiene social foram discutidas em um mesmo patamar, sendo considerados como características hereditárias, ou seja, as medidas legislativas e administrativas que impedissem a propagação das doenças transmissíveis eram tratadas como fatores exclusivos de ordem genética e não de âmbito social.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Os presentes autores ainda perceberam que os princípios eugênicos foram amplamente defendidos pelos políticos brasileiros na Constituição. Neste contexto, em um discurso de 1938, Getúlio Vargas afirmou:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me a educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional (VARGAS, 1938 *apud* ROCHA, 2014, p. 9).

Nessa mesma linha de raciocínio, outro político, o parlamentar Pacheco e Silva no ano de 1934, defendeu a educação eugênica como uma ferramenta para melhorar os hábitos e destacar as habilidades dos eugênicos. Assim, esse representante público da época argumentou:

No que tange a educação eugênica, e a sua importância na saúde da raça, é o bastante, para demonstrar a sua magnitude, citar uma das proposições da Sociedade Alemã de Higiene Racial. A condição imprescindível para a consecução dos fins da higiene racial é a instrução e a educação eugênicas. Todas as escolas frequentadas pela mocidade devem ter cursos suficientes de Biologia e Eugenia. Todas as escolas superiores devem ser dotadas de cadeiras especiais para o estudo da hereditariedade humana e higiene racial (Eugenia), com possibilidades de pesquisas. A Eugenia deve constituir tema de ensino e de exame para os médicos e para as outras profissões, as quais assistem o dever de esclarecer o povo. (...) como complemento da educação eugênica, cumpre também aos poderes públicos cuidar da educação sexual (PACHEDO; SILVA, 1934 *apud* ROCHA, 2014, p. 10-11).

Rocha (2014) ainda discutiu que vários outros políticos interferiram na Constituição de 1934 para articular que a idealização da sociedade branca e alfabetizada para a educação brasileira, garantindo o ensino primário e gratuito em todo o território nacional. No artigo 138, por exemplo, previa-se essa prioridade a um determinado nicho de raça no país, conforme a seguinte escrita legislativa: “a garantia de direitos dos mulatos, negros ou deficientes (de qualquer nível), são limitados perante a educação e que ações de ordem social, filantrópica ou educativas, seriam apenas paliativas e não resolveriam o problema da raça”.

Nas Constituições de 1934/1937, dois outros pontos foram discutidos sob os princípios da eugenia e merecem ser destacados: a) o Exame pré-nupcial, e b) a educação física.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Segundo Voitechen (2015), o Exame pré-nupcial foi visto como uma proteção à família e a reprodução não ideal. Para o autor, na época, havia a busca recorrente de melhoramentos para a raça, e esse tipo de exame funcionaria como um instrumento para o desenvolvimento da sociedade no Brasil. Os políticos da época defendiam o Exame pré-nupcial, pois evidenciavam a experiência favorável de outros países, como: Alemanha, Suécia, Noruega, Dinamarca, Turquia, Itália, Holanda, Áustria, Bélgica, Chile e Equador.

Nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934), nas páginas 287 e 288, é citada a defesa da inclusão do Exame pré-nupcial no artigo 110, defesa essa que deixa evidente o ideal eugênico na elaboração da Constituição de 1934. Os dizeres foram:

Velar pela sanidade e melhoramento da família e da raça, no presente, combatendo cientificamente os males que as afligem, anulando ou atenuando a ação devastadora das endemias ou epidemias que lhes são comuns, tornando o meio ambiente menos nocivo ao homem; velar pela sanidade e melhoramento da família e da raça, no futuro, evitando casamentos entre inaptos para a boa geração ou casamentos prejudiciais não só para os vinculados, como ainda, particularmente, para a prole descendente; é preciso, numa palavra, como bem afirmou Roosevelt, 'dar combate ao assassinato da raça. [...] Não esqueçamos, nunca, de que a superioridade de um povo está na proporção direta da superioridade da sua unidade, o homem, e ainda mais que, o vigor da raça e o abatimento da raça são, entre todos, os fatores capitais da grandeza, e da decadência nas nações. A formação da raça é, pois, a chave do predomínio na civilização por vir.

Parafrazeando o major Leonard Darwon, presidente do 1º Congresso Internacional de Eugênia, reunindo em Londres, diremos: Nós os da geração presente somos absolutamente responsáveis pela próxima geração brasileira, e, portanto, por toda a sua geração futura; o que, em outros termos, significa: somos os responsáveis pela prosperidade e grandeza futura da nossa querida Pátria.

Dê-nos a Lei, e, os brasileiros verdadeiramente patriotas, se encarregarão de 'criar a consciência sanitária popular, base do bem estar das nações (BRASIL, 1935).

No entanto, há ainda de se destacar que esse debate sobre o Exame pré-nupcial não foi somente favorável entre os parlamentares. Alguns políticos argumentaram que a obrigatoriedade dele iria impedir o casamento entre os pobres e com isso iria alimentar os maus hábitos, como a mancebia. Além disso, para esse grupo de parlamentares, essa lei seria uma lei morta, pois não existiriam recursos para médicos e cientistas realizarem esses exames em todo o Brasil (VOITECHEN, 2015).

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

A Educação Física foi o outro assunto de discussões eugenistas para as Constituições da década de 1930, principalmente a de 1937. Considerada como atividade obrigatória na educação, contemplou uma característica importante para o desenvolvimento ideal da sociedade brasileira (ROCHA, 2014; SILVA, 2013; SCHNEIDER; MEGLIORATTI, 2012; GÓIS JÚNIOR; GARCIA, 2011; CAMARGO, 2010; GUALTIERI, 2008).

A Educação Física era defendida pelos eugenistas, pois possibilitava o condicionamento físico, moral e disciplinar, que nesse contexto era fundamental para a formação do estado totalitário de Vargas. Com essa atividade tornando-se obrigatória na Constituição de 1937, o artigo 131 dizia:

Art. 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1937).

Conforme Gualtieri (2008), um exemplo de teórico eugenista que focava a Educação Física é Fernando de Azevedo, primeiro secretário da Sociedade Eugênica em 1919. Ele foi responsável pelo lançamento de um livro que era influenciado pelo higienismo e pela eugenia; o mesmo livro o preparou a concorrer à cadeira de educador físico no Ginásio Estadual em Belo Horizonte e tem o seguinte título: “Da Educação Física. O que ela é. O que tem sido. O que deveria ser”. Azevedo acreditava que os estímulos externos da Educação Física iriam transformar a hereditariedade.

No editorial de 1937 da revista *Educação Physica*, fica explícito o papel da eugenia na disciplina (com os saberes pedagógicos, eugênicos e higienistas), o que corrobora para a sua inclusão na Constituição de 1937. Destaca-se que Tenório de Albuquerque publicou na referida revista um artigo elogiando a Educação Física na Alemanha, e a atenção do governo à disciplina (SILVA, 2013). As organizações alemãs e os princípios da Educação Física desse país influenciaram os conceitos dessa atividade no Brasil.

Em suma, os presentes autores perceberam pontos importantes das Constituições da década de 1930 que foram influenciados pela eugenia. Notou-se, na Lei Magna de 1934, que os principais assuntos eugenistas foram estimulações

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

para educação eugênica. Enquanto, na Constituição de 1937, o seguinte item foi acrescentado: a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas.

Diante do exposto, neste item do estudo, observou-se que, além das Constituições, os Boletins da Eugenia foram importantes instrumentos para divulgar esse conceito no Brasil. As ideias de desenvolver a eugenia com a imposição para a população e o melhoramento da raça representaram ideias que nortearam os princípios eugenistas até as décadas de 1930/40.

#### **04 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo abordou que a Eugenia surgiu na Europa conjuntamente com outras abordagens teóricas biológicas sociais, que tentavam por meio da evolução confirmar e justificar as desigualdades entre as diversas sociedades humanas. Os princípios eugênicos foram balizadores para a criação de um conceito voltado ao estereótipo da “raça superior”.

Com base nisso, a presente pesquisa buscou discutir esses conceitos eugênicos em um contexto brasileiro. Primeiramente, este estudo observou que a Eugenia aprofundou-se em melhorar a raça humana, e quando chegou ao Brasil encontrou um terreno distinto do europeu. Uma vez que, no referido país, a miscigenação era muito grande, uma população de mestiços que superava a de brancos. Diante disso, os teóricos da Eugenia não defenderam os mesmos ideais europeus, e sim buscaram caminhos para justificar este tema no Brasil e implantá-lo por meio de propaganda, educação e outros meios.

Ainda percebeu-se que, na época de implantação da Eugenia no Brasil, pensava-se que não era possível melhorar os disgênicos, mas havia a possibilidade de desestimulá-los com a limitação de uma reprodução de seres humanos inferiores. Com essa medida, buscava-se uma sociedade superior brasileira.

Em segundo momento, o presente estudo observou que a educação foi utilizada como uma ferramenta para a implantação da Eugenia no Brasil, mais especificadamente a positiva. Com isso, cresceram as publicações relacionadas a este tema, com destaque para: os Boletins de Eugenia do Instituto Brasileiro de Eugenia – com os assuntos: o ensino de Educação Física, e a propagação de

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

hábitos e costumes eugênicos e higiênicos. Além disso, ocorreu a inserção da Eugenia em Leis Magnas, principalmente nas de 1934 e 1937.

Nas análises das publicações sobre o Boletim de Eugenia notou-se que os principais temas abordados foram: Família e eugenia, religião e eugenia, cuidados pré-nupciais, maternidade consciente, mortalidade infantil, hereditariedade e meio, genética, doenças mentais e disgenéticas, legislações eugênicas, imigração, miscigenação, educação e educação sexual. Em relação aos documentos públicos, observou-se que diversos parlamentares alimentavam discussões fervorosas sobre a aprovação dos projetos de leis que traziam objetivos eugênicos, tais como o Exame pré-nupcial. Na Constituição de 1934, não foi aprovada a obrigatoriedade do Exame pré-nupcial, mas aprovou-se o estímulo à educação eugênica. E, assim, destacou-se oficialmente a influência do movimento eugênico na elaboração da Carta Magna.

Na Constituição de 1937, observou-se a tendência dos teóricos da Eugenia que enfatizavam a importância da educação física para melhorar a raça brasileira. Nesta Lei Magna de 1937, ocorreu a obrigatoriedade do ensino de educação física, que teve grande apoio de Vargas e a sua instituição baseada nos conceitos da Alemanha.

Em resumo, pode-se concluir nas publicações analisadas que a Eugenia, na época, refletia os pensamentos da década de 1930, influenciada por ideais racistas, excludentes e de caráter fascistas. Essas leis surtiram efeitos por diversos anos dentro das escolas, reproduzindo essas idealizações.

Além disso, conseguiu-se perceber como as teorias eugênicas conseguiram influenciar as formulações das Constituições Brasileiras de 1934 e 1937. Se esse movimento conseguiu influenciar a elaboração da Carta Magna brasileira, chegando a possuir em seu texto que era dever estimular a educação eugênica, estimula-se a continuar as pesquisas para saber como essa influência se apresentou no cotidiano escolar, dentro das salas de aula.

Em outras palavras, este estudo histórico da eugenia tornou possível a análise da ciência como discurso em permanente estruturação com as influências de cada período da história brasileira educacional.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

Por fim, este estudo afirma que é necessária a continuação de pesquisas sobre esse tema. Assim, sugere a aplicação e o estudo da Eugenia na atualidade, nas leis e regulamentações educacionais. Ademais, sugere-se investigar as percepções de antigamente e hoje sobre os princípios eugênicos na sociedade.

## 05 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZZO, Nélio Marco V. O paradoxo social-eugênico, genes e ética. *Revista USP*, v. 19, n. 24, p. 28-37, Dez./Fev., 1994-1995.

BRASIL. *Annais da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume IV. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8227>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em: 09 out. 2016.

CAMARGO, Tarciso Alex. *A revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil (1932-1945)*. 2010. 151 f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Santa Cruz do Sul.

CASTANEDA, L. A. Eugenia e Casamentos. *Historia Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10, n. 3, 2003.

CURTI, Letícia Mársico. *Da Eugenia - Jus Navigandi*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46916/da-eugenia>>. Acesso em: 02 set. 2016

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: Uma historia da eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

\_\_\_\_\_. Eugenia, a biologia como farsa. In: *História Viva*. ed 49 - Nov de 2007. Disponível em:

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia\\_a\\_biologia\\_como\\_farsa.htm](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia_a_biologia_como_farsa.htm)

l. Acesso em: 09 set. 2016.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA JÚNIOR, M. V. M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da USP*, v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

GIL, A. C. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A Eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). *Journal of Physical Education*, v. 22, n. 2, p. 247-254, 2011.

GONÇALVES, Antonio Baptista. O racismo da ciência através da manipulação genética – O Retorno da eugenia darwiniana. *Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais da UNI-BH*, v. 5, n. 1, 2012.

GUALTIERI, Regina Cândida Elleso. Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênicos e educacionais no Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 25, 2008.

HAMMERSCHIMIDT, Denise; OLIVEIRA José Sebastião de. Genoma humano: eugenia e discriminação genética. *Jurídica Cesumar*, v. 8, n. 1, 2008.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAI, L. D. BOLETIM DA EUGENIA (1929-1931): Um estudo sobre as forças educativas no Brasil. Orientadora: BOARINI, Maria Lucia, 1999. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá-PR, v.1, nº1. 2002.

PEDROSA, Paulo Sérgio R. Eugenia: o pesadelo genético do Século XX. Parte I: O início - *MONTFORT Associação Cultural*. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/veritas/ciencia/eugenia1/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	periodicoscesg@gmail.com	

ROCHA, Simone. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. In: *Anais... X ANPESUL*, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Florianópolis. 2014. 14p.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A influência do movimento eugênico na Constituição do sistema organizado de Educação Pública do Brasil na década de 1930. In: *Anais... IX ANPESUL*, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - Caxias do Sul, 2012. 12p.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida; JUSTINA, Lourdes Aparecida Della. *Eugenia no Brasil: quando um movimento ideológico se justifica por um discurso biológico*. Disponível em: <[http://www.academia.edu/4762823/EUGENIA\\_NO\\_BRASIL\\_QUANDO\\_UM\\_MOVIMENTO\\_IDEOL%C3%93GICO\\_SE\\_JUSTIFICA\\_POR\\_UM\\_DISCURSO\\_BIOL%C3%93GICO](http://www.academia.edu/4762823/EUGENIA_NO_BRASIL_QUANDO_UM_MOVIMENTO_IDEOL%C3%93GICO_SE_JUSTIFICA_POR_UM_DISCURSO_BIOL%C3%93GICO)>. Acesso em: 10 agost. 2016.

SILVA, Mozart Linhares. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 8, n. 4, 2013.

SILVA JÚNIOR, Gilson Lopes. *A Origem da Eugenia e Leis Eugênicas Alemã*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-origem-da-eugenia-e-leis-eugenic-alema/97181/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, n. 3, p. 763-777, 2009.

VOITECHEN, Fábio. *O exame pré-nupcial, nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na Assembleia Constituinte: 1926-1934*. 2015. 136 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 1, 2013.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	<a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a>	

## Boletins de Eugênia

Ano 1. Número 1. Janeiro 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N1Jan1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 2. Fevereiro 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N2Fev1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 3. Março 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N3Mar1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 4. Abril 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N4Abr1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 5. Maio 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N5Mai1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 6 (Junho) e Número 7 (Julho). 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N6JunN7Jul1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 8. Agosto 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N8Ago1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 9. Setembro 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N9Set1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 10. Outubro 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N10Out1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 11. Novembro 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N11Nov1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 1. Número 12. Dezembro 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno1N12Dez1929.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 13. Janeiro 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N13Jan1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	<a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a>	

OLIVEIRA, Gledson Garcia de; BRUNOZI, Sônia Vanice Vieira; WALGER, Américo Agostinho Rodrigues; BRUNOZI Junior, Antonio Carlos. Análise das Publicações e Constituições sobre as Influências da Eugenia na Educação Brasileira na Década de 1930.

Ano 2. Número 14. Fevereiro 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N14Fev1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 15. Março 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N15Mar1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 16. Abril 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N16Abr1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 17. Maio 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N17Mai1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 18. Junho 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N18Jun1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 19. Julho 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N19Jul1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 20. Agosto 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N20Ago1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 21. Setembro 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N21Set1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 22. Outubro 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N22Out1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 23. Novembro 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N23Nov1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 2. Número 24. Dezembro 1930. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno2N24Dez1930.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 25. Janeiro 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N25Jan1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 26. Fevereiro 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N26Fev1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 27. Março 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N27Mar1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XV Jan-jun 2017	Trabalho 03 Páginas 24-59
<a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura</a>	<a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a>	

OLIVEIRA, Gledson Garcia de; BRUNOZI, Sônia Vanice Vieira; WALGER, Américo Agostinho Rodrigues; BRUNOZI Junior, Antonio Carlos. Análise das Publicações e Constituições sobre as Influências da Eugenia na Educação Brasileira na Década de 1930.

---

Ano 3. Número 28. Abril 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N28Abr1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 29. Maio 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N29Mai1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 30. Junho 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N30Jun1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 31. Julho 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N31Jul1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 32. Agosto 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N32Ago1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 33. Setembro 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N33Set1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 34. Outubro 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N34Out1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 35. Novembro 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N35Nov1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.

Ano 3. Número 36. Dezembro 1931. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE/BEAno3N36Dez1931.pdf>. Acessado em: 20/09/2016.